

ÍNDICE INDICE

- 8** O meu olhar desde os cocurutos nas povoações empoleiradas
Conceição Lopes
- 10** Mediterraneidade — o espírito do Mediterrâneo
Fernando Santos Pessoa
- 13** Povoados alcandorados do Mediterrâneo
Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

ENTRE MARGENS ENTRE LES MARGES

- 16** Águas de Mértola: 2000 anos de abastecimento, armazenamento e gestão da água num povoado alcandorado
Virgílio Lopes, Susana Gómez Martínez, Mária de Fátima Palma, Cláudio Torres, Miguel Reimão Costa
- 22** Le géomorphosite culturel de Matmata (sud-est tunisien): paysage et habitats troglodytiques
Nouri Boukhchim
- 27** A aldeia berbere de Zroua nas montanhas meridionais da Tunísia: identidade e dinâmica da paisagem mediterrânica
Desidério Batista, Miguel Reimão Costa
- 33** Kourbous à l'époque moderne, renaissance et extension d'un village et d'une station thermale en montagne au Cap-Bon (nord-est de la Tunisie)
Beya Abidi

ENTRE PONTOS ENTRE LES POINTS

- 38** Mediterrâneo: um certo genius de habitar
Gonçalo Duarte Gomes
- 43** Las comunidades de Djebel Sirwa (Anti-Atlas, Marruecos): hacia una relación entre hábitat y economía
José María Moreno Narganes, Hacomar Ruiz González, Efraín Marrero Salas, Jared Carballo-Pérez
- 49** Centralidades encaramadas. Ciudades medias de las sierras béticas desde una perspectiva territorial e histórica. Los casos de Estepa y Osuna
Blanca del Espino Hidalgo, Francisco José García Fernández
- 55** Monte Cabeço da Cardo, 226 metros de altitude. Um percurso entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica para reconhecimento dos valores do vernáculo
Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

ENTRE MONTANHAS ENTRE LES MONTAGNES

- 60** Tagnit n'Abdiy. A arquitetura e a paisagem da região nordeste do Anti-Atlas em Marrocos
Miguel Reimão Costa, Desidério Batista
- 66** Zriba, un village perché du mont Zaghouan (nord-est tunisien)
Meriem Marzouki
- 71** Lecture architecturale, paysagère et culturelle d'un village perché — cas de Takrouna, Tunisie
Ons Najjar, Raja Gzara
- 76** Além da casa sem nome. Novos estudos: Constantina
Vidal Gómez Martínez, Blanca del Espino Hidalgo, María Teresa Pérez Cano

- 82** Manières d’habiter dans les zones montagnardes de la Méditerranée Occidentale: recherches sur les modèles d’habitat traditionnel de Chefchaouen
Leila Harabi

ENTRE FRONTEIRAS ENTRE LES FRONTIÈRES

- 87** “De Marvão vê-se tudo”, assim dizia José Saramago
Jorge de Oliveira
- 94** Topografias dos recintos murados da Pré-História recente do Alto Douro: o caso do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
João Muralha, Sérgio Gomes, Ana Vale, Vítor Oliveira Jorge
- 106** Estruturas de fronteira: arquitetura e povoamento em Ribacôa
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- 112** Estremoz: assentamento e fronteira
Ana Costa Rosado

ENTRE ÁGUAS ENTRE LES EAUX

- 112** A arquitetura corrente do Baixo Guadiana através da arqueologia: a parcela do edifício dos antigos CTT de Alcoutim entre os séculos XV a XX
Marco Fernandes, Virgílio Lopes, Susana Gómez Martinez, Miguel Reimão Costa, Alexandra Gradim
- 116** La Cittadella di Gozo a Malta: un’acropoli nel cuore del Mediterraneo
Germano Germanò
- 123** *Telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira — Modelos e tipologias da casas nobres entre os séculos XV e XVI
Ana Isabel Nascimento Santos
- 128** Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares
Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, João Gabriel Candeias Dias Soares
- 134** Os povoamentos alcandorados da cidade de Lisboa em risco
Filipe Mário Lopes

ENTRE TEMPOS ENTRE LES TEMPS

- 139** Arquitetura de adobe em povoações alcandoradas de Portugal
Maria Fernandes
- 142** A aldeia de Prados no Programa de Renovação Rural: apontamentos para uma história das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo
Vítor Ribeiro
- 149** Identité architecturale et patrimonialisation de l’habitat en Kabylie
Zoulikha Ait-Lhadj, Messaoud Aiche, Miguel Reimão Costa
- 155** Uma ponte construída em taipa — Sobral da Adiça, Moura
Miguel Ferreira Mendes

TELHADOS DE TESOURO DA RIBEIRA DE TAVIRA — MODELOS E TIPOLOGIAS DE CASAS NOBRES ENTRE OS SÉCULOS XV E XVI

Ana Isabel Nascimento Santos

Universidade de Évora
ains.arquitectura@gmail.com

Palavras-chave: telhados de tesouro, Ribeira, Tavira, casa nobre

Introdução

Tavira, em desenvolvimento económico desde a Reconquista, beneficia de posição geoestratégica em relação às praças conquistadas em Marrocos e com os negócios da expansão que atraem famílias nobres. A consequentemente maior procura por novas habitações desencadeia, nos espaços ribeirinhos, a formação de novos quarteirões habitacionais, cumpridores das mais recentes normas urbanísticas, com a construção de edifícios desenvolvidos através da sucessão de volumes quadrangulares, robustos e facilmente replicáveis, que passam a ser cobertos por múltiplos *telhados de tesouro*, a principal característica da tipologia de casa nobre urbana formada entre o final do século XV e o XVI no Algarve.

Os *telhados de tesouro* diferem de outras tipologias de coberturas portuguesas mais vulgares e com asnas em madeira nomeadamente pela posição da linha que se localiza a um terço da altura do vão a cobrir e por cada estrutura corresponder individualmente a cada compartimento da habitação – telhados múltiplos. São ainda geralmente construídos com inclinações superiores a 45°, o que possibilita a subida do ar quente, que se aloja no topo da cobertura, o que promove algum conforto no espaço habitável da casa, resposta essencial ao clima quente da região.

Pouco divulgados e/ou investigados, do ponto de vista da arquitetura, os *telhados de tesouro* foram, em 2015, alvo de uma dissertação de Mestrado intitulada *Tavira, Patrimónios do Mar – da Ribeira à Casa Nobre de Quinhentos – o caso dos telhados de tesouro* que avançou um pouco mais sobre o tema e que será aprofundado pelo presente artigo com vista a novas conclusões.

1. O Porto de Tavira e a expansão urbana dos séculos XV e XVI

O início da Expansão Portuguesa no Algarve é assinalado pelo desembarque do rei D. João I, em Tavira, após a Conquista de Ceuta em 1415 (Vasconcelos, 1999, p. 67). O porto da cidade, era à época um dos mais importantes do Algarve e, após a Reconquista, *o de maior movimento para o estrangeiro: fornecia 96 marinheiros do conto, a quem o Rei concede em 1282, privilégios iguais aos dos marinheiros de Lisboa* (Iria, 1956, p. 165). Era também o mais abrigado, com melhores condições de ancoragem e o mais próximo do norte de África.

Várias vezes aportaram em Tavira os reis de Portugal, fazendo virar as atenções das empresas e da própria corte para o litoral do Algarve. Para lá faziam convergir a maioria dos recursos materiais e humanos, navegação e muito trato comercial.

Segundo a Carta de confirmação da elevação de Tavira a Cidade em 16 de março de 1520, presente no Livro 1.º de Registo dos Tomos da Câmara, 1733, fls. 16-17, esta mereceu novo estatuto graças ao *mayor crecimiento e por ser considerada [...] huma das principaes Villas de nossos Reynos e munto povoada de fidalgos, cavalleiros e outra gente de mericimento e que estão sempre aparelhados pêra nos servirem com armas homens cavallos navios e como por todas estas rezoeis de couza justa que a dita villa façamos o acreçentamento de honra [...]*. As comitivas régias, compostas por centenas de pessoas, passam a distribuir-se pelas habitações de Tavira, a quem os moradores se viam obrigados a prestar aposentadoria, criando inclusive para esse controlo a figura do aposentador-mor (Vasconcelos, 1999, p. 72).

Por esta altura começam por formar-se novos quarteirões ao longo do curso do rio e em clara posição de controlo em relação ao porto. Para confirmar esta hipótese, vamos encontrá-los perfeitamente estabelecidos na “Planta de la Ciudad de Tavilla”, presente no Atlas de Leonardo de Ferrari de 1655, cópia do original perdido executado entre 1542 e 1568 (Silva, 2008). Sendo, portanto, bastante provável que as novas habitações tenham começado a ser construídas por altura da elevação de Tavira a cidade (1520) e, muito em parte, devido ao reforço dos privilégios já mencionados. É ainda referido pelas “pautas” de 1590 que moravam em Tavira 22 famílias nobres; situação que evolui para 49, a maior parte oriundas do lugar ou aqui fixadas segundo os “assentos” da Câmara de 1605 a 1666; e era rara a família que não participasse com vereadores, na administração municipal (Castro, 1751, p. 576).

O sítio de Tavira, que conjuga a vantagem de porto abrigado e recuado em relação à foz do rio, permitiu com alguma facilidade a expansão do aglomerado urbano do interior das muralhas medievais para os espaços ribeirinhos. A deslocação acontece de forma precoce em Tavira, visto que, já no século XIV as tercenas (armazéns navais) figuravam junto ao rio, por existir registo de um incêndio no local, provocado por D. Afonso XI de Castela em 1338 (Iria, 1956, p. 163).

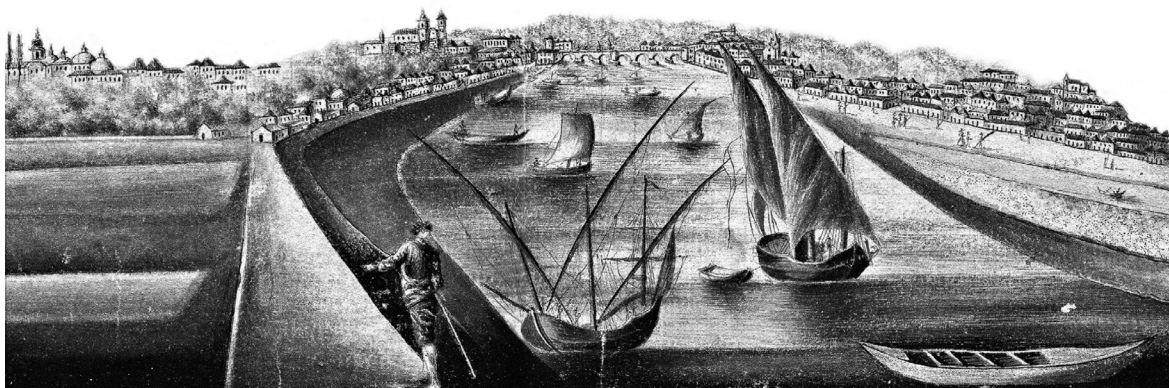


Fig. 1 *Prospecto: Tavira vista do rio, a sul, desde a Bateria do Registo, 1797* (José de Sande de Vasconcelos, Sociedade de Geografia de Lisboa)

A posição estratégica, fundamental para a defesa da costa do Algarve, que relaciona as vias de comunicação terrestres com as rotas marítimo-fluviais reconhece-se neste território pelas semelhanças com outras cidades marítimas portuguesas: virada a sul, recuada em relação à foz do curso de água que a percorre e abrigada por acidentes geográficos naturais (Ria Formosa).

Identifica-se também a predominância de um eixo viário principal (Caminho Antigo), que estrutura a evolução urbana da cidade e se constitui paralelamente ao mar e que, vindo de Castro Marim, transpõe o rio no local possível (ponte antiga) e prossegue pela Rua Nova Grande para Faro.

Entre os séculos XV e XVI traçam-se novos eixos viários e espaços abertos com características e funções semelhantes às de outras cidades-marítimas portuguesas em desenvolvimento: a Carreira de S. Lázaro (atual Rua Almirante Reis, a mais extensa da cidade), a Rua Direita da Ribeira (Rua Dr. Parreira, estreita e retilínea, interligava espaços públicos de diferentes funções, conduzindo-os aos armazéns do porto), a Rua Nova Grande (Rua da Liberdade, principal rua de comércio da cidade), a Rua Nova Pequena (Rua Alexandre Herculano) e os lugares de encontro como o Largo da Alagoa, a Praça da Ribeira (Praça da República), o Rossio da Atalaia (onde se realizavam feiras e exercícios militares) e a Corredoura (onde passava e se vendia o gado).

2. A Praça da Ribeira: centro da vida social e económica

As denominadas “ribeiras”, centro da vida económica e social das cidades, banhadas por rio ou mar do reino, começam por ser espaços livres, localizados na margem da linha de água ou à beira-mar, onde acontecia tudo o que se preteria na zona “nobre” da cidade. De conceito generalizado de “ribeira”, enquanto espaço à margem, onde se doam pardieiros (casebres/choupanas) em 1287, passamos à afirmação de um espaço identitário na cidade onde, em 1415, no reinado de D. João I, acontecia mercado diário e se formalizavam testamentos, como atesta a *sentença de 1504 sobre as Boticas da Praça serem do Concelho*, dada por El-Rei D. Manuel, averbada a f. 84 de L. 1.º do Registo da Câmara (Iria, 1956, p. 295).

A Ribeira circunscreveu-se, na generalidade, a uma das margens do rio Gilão. Até à segunda metade do século XVIII cresceu e consolidou-se com base na Ribeira de Lisboa, *modelo quer no Reino quer no Império Ultramarino* (Caetano, 2008). Como na capital, verifica-se em Tavira a associação de vários equipamentos portuários no espaço

da Ribeira – praia, porto, alfândega, estaleiro naval e mercado –, a área mais privilegiada da cidade, confirmada pela estadia, em 1573, do Rei D. Sebastião nas casas da família Corte Real, no bairro da Ribeira (Iria, 1956, p. 114).

A jusante da ponte começam por formar-se quarteirões paralelos ao rio, inscritos segundo novas normas urbanísticas, que se aplicaram com grande velocidade através da marcação de lotes, por replicação ou multiplicação. Estas operações, executadas não só nas vilas antigas como nos territórios recém-conquistados eram de *fácil execução e exigiam, no limite, uma só corda e uma só dimensão padrão. E por isso ao alcance de qualquer povoador, por superficial que fosse a sua formação específica em matérias de Geometria* (Dias Coelho et al., 2013, p. 80).

3. Casas nobres da Ribeira de Tavira

3.1. Influências

No contexto geográfico algarvio, os primeiros modelos de habitação nobre assemelhavam-se a atalhas ou casas-torre, de raiz quadrangular e compacta, próximas aos solares primitivos do Norte. Incluíam-se no sistema de defesa português do litoral, desenvolvido por D. Dinis no final do século XIII. Destinavam-se a receber famílias nobres com funções militares na região: *os primeiros solares eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas [...] tratar-se-iam de novos edifícios destinados a suprir um determinado número de solicitações, nomeadamente como fortalezas e casa de habitação* (Azevedo, 1988, p. 8). As torres, justapostas a algumas habitações nobres, embora não se confundindo com o modelo, terão herdado dele a planta quadrangular, o aspeto compacto e o desejo de construir em altura, sendo que dois pisos conjugados com os elevados *telhados de tesouro* constituíam à época uma evolução construtiva (Caldas, 2007).

Recebem também da “casa chã” do Sul (de tradição mediterrânica) a horizontalidade, a expressão do reboco e da cal, a austeridade e robustez dada através da procura do essencial.

3.2. Tipologia e construção

Presente na paisagem urbana das principais cidades-porto do Algarve entre os séculos XV e XVI: Lagos, Faro e Tavira, a casa nobre fundada à época representa a estandardização do tipo de habitação formada nos finais do século XV e corresponde em termos de arquitetura

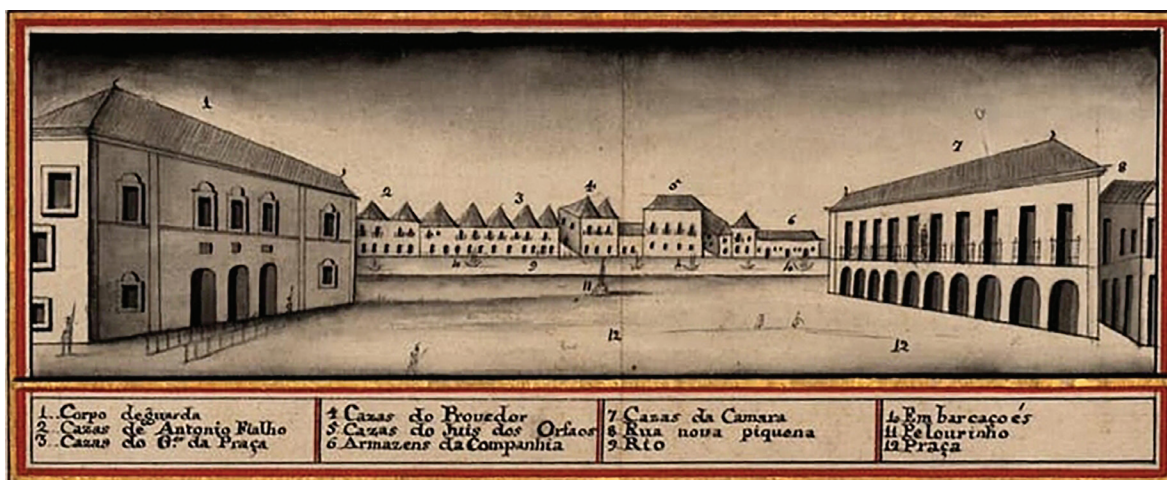


Fig. 2 Vista da Praça da Ribeira de Tavira oferecida ao bispo de Beja D. Manuel do Cenáculo, 1770-1802 (José Justiniano Henriques, Arquivo Municipal de Tavira)

portuguesa ao “estilo chão” nacional (Correia, 1991). O aparato social característico, dado pela sucessão de *telhado de tesouro* bastante altos e inclinados, é reforçado pelo aparecimento da heráldica nos edifícios e com o reforço do papel do *encomendador* e/ou da encomenda que passa a ser feita *ao romano* ou *ao antigo* como consta na documentação portuguesa da época (Haupt, 1986, p. 16).

A rápida divulgação e implementação da recente tipologia de casa nobre formada terá certamente relação com a formação de originais escolas decorativas na região, de que se destaca, a de André Pilarte, que a funda em Tavira (de onde era natural) após colaborar com João de Castilho na edificação do Mosteiro de Belém, em Lisboa (Correia, 1987).

Entre os séculos XV e XVI as frentes urbanas da Ribeira de Tavira passam a definir-se pela racionalidade da sucessão das fachadas, com as paredes construídas em alvenaria de pedra, com os lotes a desenvolverem-se em largura e profundidade. A escolha do sistema construtivo revela-se importante na medida em que é necessário definir o local exato da construção das paredes meeiras que irão suportar as coberturas, calcular o vencimento dos vãos dados pelas dimensões do vigamento de madeira (limitadas) e ainda libertar a fachada para as aberturas.

Os edifícios distribuem-se por dois pisos autónomos, com serviços no andar térreo ou espaços de apoio às atividades náuticas e habitação no andar nobre. Essa hierarquia salienta-se na fachada pela valorização estética do andar nobre, que contém os vãos maiores, com janelas de sacada, ao passo que, no piso térreo as janelas de peito, limitadas ao indispensável, onde as caixilharias funcionam como “janela-portada”, para controlo da temperatura, segurança e privacidade. No modelo original a ausência de vidro era compensada pela integração de reixas, armadas em grelha de madeira para permitir a entrada de luz e promover a ventilação interior, fundamental nestas áreas quentes e húmidas.

Os elementos construtivos, maioritariamente executados com materiais naturais conferem ao exterior das habitações grande robustez e austeridade. Referimo-nos à pedra, ao beiral e à subtelha cerâmica, ao caniço, às cantarias dos vãos, socos, cunhais, às próprias massas caiadas que protegem as paredes e conformam a volumetria das habitações.

3.3. Organização espacial

Nas casas nobres mais antigas visitadas em Tavira, nomeadamente as que se localizam junto ao rio, os interiores mantêm a matriz medieval. A inexistência de corredores e a forma como a sucessão de espaços era feita à época, por replicação sucessiva dos espaços, constituiu a sequência: sala-câmaras (Mattoso, 2011).

A sala é o espaço principal do piso nobre, que confronta com a rua e, só para lá dela, sucedem as restantes câmaras (quartos) que correspondem às áreas mais reservadas da habitação, que dão para o pátio ou jardim (quando existe).

O piso térreo destina-se aos serviços, muitas vezes empedrado ou em terra batida, com continuidade para o pátio ou logradouro e distribuição para o andar nobre pelo exterior. Os espaços exteriores contribuem para a salubridade do edifício, fornecem espaço para despejos e atividades de lazer ou trabalho e, ao centro, contêm geralmente um poço ou uma fonte, e são quase sempre rodeados por vegetação. Em época de fome, peste ou guerra estes espaços abertos representavam importantes reservas alimentares intramuros.

A cozinha, marcada pela chaminé de grandes dimensões no caso das habitações mais antigas, situa-se frequentemente nas traseiras do andar nobre, acessível por escadaria exterior de pedra que desembocava numa varanda ou patim. Esta localização facilita o acesso aos géneros alimentícios e evita a contaminação dos restantes espaços com fumos e cheiros indesejáveis.

4. Telhados de tesouro de Tavira: características, incidência e dispersão

4.1. Características

Fora dos padrões tradicionais da construção, os *telhados de tesouro* conduziram a diversas especulações. Só através de estudos académicos recentes se tem vindo a comprovar que estão perfeitamente enquadrados naquilo que se define como construção corrente portuguesa, praticada entre o início do século XV e o final do século XVIII (Sarrazola *et al.*, 2013, p. 3).

A originalidade dos *telhados de tesouro*, em relação a outras tipologias de cobertura mais comuns, que utilizam tesouras, assenta nas características singulares do processo construtivo e, sobretudo, no facto dos primeiros cobrirem de forma independente cada divisão da habitação,



Fig. 3 Ribeira de Tavira, 1888 (Arquivo Família Andrade)

fazendo com que se adivinhe o espaço interior a partir do exterior – telhados múltiplos.

Os princípios construtivos aplicados a estas coberturas são: a adoção da planta livre quadrangular, facilmente replicável; o cumprimento de inclinações superiores a 45°; o assentamento direto nas paredes-mestras do edifício, permitindo a existência de um teto de caixão do tipo “masseira” nas salas do piso nobre; a inexistência de uma altura fixa dada pela dimensão dos compartimentos (tão mais altos quanto maior o vão a cobrir); a utilização de caniço no forro para fixação da telha e função complementar de isolante natural; o emprego de telhas claras e de fabrico tradicional (Santa Catarina); o recurso à quebra da *baratilha* e beiral revirado.

De geometria elementar, as asnas destes telhados são constituídas por linha, pernas e em alguns casos pendural. O comportamento estrutural é equivalente ao de um arco de três rótulas: o esforço atua sobre as pernas, que trabalham à compressão, e a linha absorve a componente horizontal deste esforço. Identificam-se também características das asnas de nível, pela posição da linha a um terço da altura, com *vantagem de dar aproveitamento à parte central do sótão da edificação onde é aplicada* visto que *“quanto maior for o vão que esta asna ressalva, mais pé direito se obtém no centro do edifício para o seu sótão que muito bem se pode adaptar a qualquer fim. (...) A armação, que resulta da disposição destas, torna as coberturas mais resistentes a fenómenos sísmicos e versáteis construtivamente, permitindo uma boa armação para a sua cobertura e a utilização de qualquer sistema de telhado* (Costa, 1995, p. 11).

O elemento vertical (pendural) surge posteriormente na construção para facilitar a união entre as pernas. No caso das asnas de *tesouro*, a linha passa a estar carregada a meio-vão e sujeita à tração, à flexão e ao esforço de corte nesta zona. Esta questão resulta na deformação do perfil da cobertura que, com o tempo, se aproxima a uma hipérbole quando em união com os pares.

Na versão mais simples, os *telhados de tesouro* não apresentam qualquer tipo de teto e sim a estrutura à vista. Deste modo, permite-se que o ar quente e húmido suba, fazendo com que o espaço habitado se mantenha fresco pela constante circulação do ar provocada pela abertura dos vãos do piso nobre. A colocação das telhas permite a saída do ar quente que se aloja no alto, junto do telhado. A capacidade relativamente isolante do forro de caniço, colocado entre a armação de madeira e a telha, complementa a contribuição para o conforto térmico na habitação.

4.2. Incidência e dispersão

Em Tavira, os telhados de tesouro registam a maior incidência e dispersão e definem o perfil característico da cidade. As quatro águas muito inclinadas e a cor clara das telhas, de fabrico tradicional e local (Santa Catarina), conferem à paisagem urbana da cidade grande coerência formal. Numa fase inicial, começam por ser aplicadas apenas nas “casas da frente”, das principais artérias da cidade. Pelo carácter evolutivo e replicável distribuem-se mais tarde pelas novas divisões da habitação (telhados múltiplos), dependendo da disponibilidade financeira do *encomendador*.

Podemos encontrá-los, ainda hoje, ao longo do rio Gilão: nos bairros da Ribeira, nas antigas Rua Nova Grande e Rua Nova Pequena, no Largo da Corredoura, Largo da Alagoa, ao longo do Caminho Antigo ou em alguns locais intramuros que estabelecem ligação privilegiada com o rio, como é o caso do Palácio da Galeria. Em geral, estas construções estão associadas a ruas de grande tráfego e muito particularmente ao Caminho Antigo que saía de Castro Marim, passava o rio e seguia para Faro (Cavaco, 1976, pp. 49-54).

Para além das principais cidades algarvias em desenvolvimento entre os séculos XV e XVI, ou dos exemplares registados em casas senhoriais da Madeira (Mestre, 2002), os *telhados de tesouro* terão existido em muitas outras cidades litorais ao longo da Rota do Cabo e na Índia, tocados pela ocupação e arte de construir portuguesa, com uso bastante generalizado em cidades do Oriente. Observam-se no conjunto de telas de Goa dos princípios do século XIX, da coleção Alpoim Galvão, que confirmam o carácter sistemático da sua construção nos grandes palácios das margens do Mandovi ou através das gravuras minuciosas e exatas desenhadas por A. Lopes Mendes, há pouco menos de um século, que o reforçam com profusão.

Considerações finais

Partindo de características construtivas, da incidência e dispersão dos *telhados de tesouro* ainda existentes em Tavira, a presente investigação baseia-se na experiência obtida em visitas e levantamentos feitos em distintas casas nobres da cidade. Para a correta diferenciação entre os exemplares antigos e recentes tornou-se esclarecedor o cruzamento com descrições e desenhos indispensáveis à aproximação ao período em que foram originalmente construídos (séculos XV-XVI). Posto isto, o presente artigo tem como principal objetivo sintetizar informações reunidas sobre os *telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira, expor a originalidade do seu aparecimento e uma tentativa de enquadramento no panorama da construção tradicional portuguesa.

Já em acelerado desaparecimento, apontam-se como principais causas: o domínio privado da maioria dos exemplares; a conservação complexa e/ou dispendiosa; a indiferenciação em relação a coberturas de asnaria mais vulgares (o que tem levado, em limite, à substituição por coberturas planas); a omissão na coleção da Arquitetura Popular Portuguesa (porventura devido ao carácter erudito das mesmas); as imposições legislativas, referentes ao escoamento das águas pluviais das coberturas (consultadas no Arquivo Distrital de Faro), que constam nas Posturas Municipais, B/A 4-2, art.º 1.º, 29 de julho de 1872, que ditaram profundas alterações na configuração

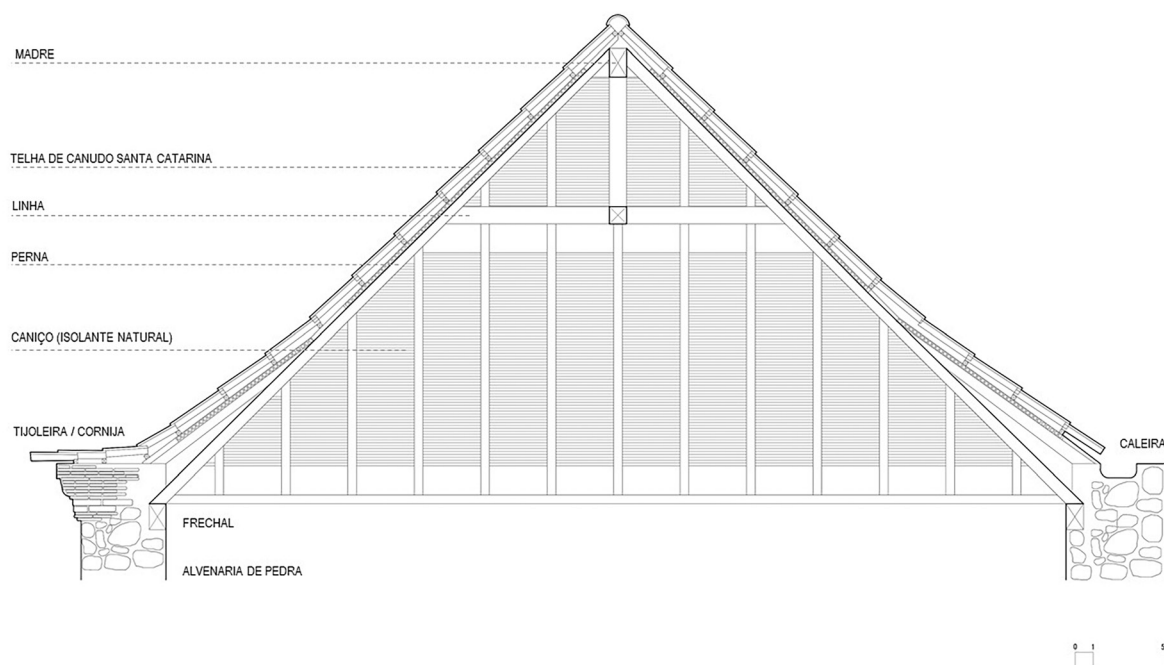


Fig. 4 Pormenor de *telhado de tesouro*

das coberturas em Portugal após o século XIX; e, das mais relevantes, a cada vez menor partilha oral das técnicas construtivas necessárias à sua execução pelos mestres carpinteiros, a maioria aposentados ou desaparecidos pela idade avançada.

Só em 1985, o Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, elaborado por Carlos Duarte e José Lamas, divulga o levantamento e caracterização dos exemplares existentes, que contribui para posterior classificação como património de interesse municipal. Mas que se torna insuficiente. Daí, de forma praticamente irreversível, os *telhados de tesouro*, construídos com base em conhecimentos de arquitetura militar portuguesa, símbolo de adaptação a diversos territórios, que sobreviveram a catástrofes naturais (como o Terramoto de 1755 que destruiu Lagos e “maltratou” Faro) começam a faltar em locais onde já eram raros. E, por todos os motivos apontados, se revela indispensável a divulgação destas investigações.

Bibliografia

- Afonso, I. (2006). “Telhados de Tesouro em Faro”. *Revista Monumentos*, 24, pp. 50-55.
- Azevedo, C. (1988). *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Horizonte.
- Caetano, C. (2008). *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (século XV-XVII)*. Lisboa: Pandora.
- Caldas, J. (2007). *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*. Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- Carita, H. (1995). *Palácios de Goa: Modelos de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*. Lisboa: Quetzal.
- Castro, A. (1751). *Política moral e civil, Aula da Nobreza Lusitana*, tomo IV, Lisboa.
- Cavaco, C. (1976). *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.
- Correia, J. E. H. (1987). *André Pilarte no Centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista*. Coimbra:

- Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.
- Correia, J. E. H. (1991). *Arquitetura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Presença.
- Costa, F. (1995). *Enciclopédia Prática da Construção Civil, 2 – Asnas de Madeira*. Lisboa: Portugalíia.
- Dias Coelho, C., Monteys, X. & Costa, J. (2013). *Os Elementos Urbanos*. Lisboa: Argumentum.
- Duarte, C. & Lamas, J. (1989). *Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira*. Lisboa: Direcção-Geral do Equipamento Regional e Urbano.
- Haupt, A. (1986). *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Presença.
- Iria, A. (1956). *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Mattoso, J. (2011). *História da Vida Privada em Portugal*, II. Lisboa: Temas e Debates.
- Mestre, V. (2002). *Arquitetura Popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum.
- Ribeiro, O. [1961] (2013). *Geografia e Civilização: temas portugueses*. Lisboa: Letra Livre.
- Santos, A. (2015). *Tavira Patrimónios do Mar – da Ribeira à casa nobre de quinhentos – o caso dos telhados de tesouro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora.
- Sarrazola, J., Sousa, A., Caldas, J. & Oliveira, L. (2013). “Telhados e tectos de asnaria, uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco”. *Livro de Actas – Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*. Pod Editora.
- Silva, J. (1995). *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- Silva, L. (2008). “Uma planta inédita do século XVI”. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- Teixeira, M. & Valla, M. (1999). *O urbanismo português: séculos XIII a XVIII, Portugal – Brasil*. Lisboa: Horizonte.
- Vasconcelos, D. (1999). *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.